

Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel (Coordenação)

Rosa Maria Xavier Gomes Carneiro (Revisão Jurídica)

CURSO DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Aspectos teóricos e práticos

- Andréa Rodrigues Amin • Ângela Maria Silveira dos Santos
 - Bianca Mota de Moraes • Cláudia Canto Condack
- Galdino Augusto Coelho Bordallo • Helane Vieira Ramos
 - Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel
- Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos • Patrícia Silveira Tavares

11ª edição

De acordo com as Leis n. 13.431, de 4-4-2017, 13.436, de 12-4-2017, 13.438, de 26-4-2017, 13.441, de 8-5-2017, 13.509, de 22-11-2017, a Resolução CONANDA n. 187, de 23-5-2017, e a Resolução Conjunta CONANDA/CNAS n. 1, de 7-6-2017

2018

ISBN 978-85-472-2364-9

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Curso de direito da criança e do adolescente : aspectos
teóricos e práticos / Andréa Rodrigues Amin...[et al.] ; coor-
denação Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. – 11. ed.
– São Paulo : Saraiva Educação, 2018.


Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin
Conselho editorial
Consultor acadêmico Murilo Angefi Dias dos Santos

Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Editorial Roberto Navarro

Edição Iris Ferrão

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
 Luciana Cordeiro Shirakawa
 Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Guilherme H. M. Salvador
 Tiago Dela Rosa
 Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
 Juliana Bojczuk Fermino
 Kelli Priscila Pinto
 Manliia Cordeiro
 Fernando Perfeito
 Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraiso Buldrini Filogônio**Diagramação e revisão** Perfekta Soluções Editoriais

Comunicação e MKT Carolina Bastos
 Elaine Cristina da Silva

Capa Mayara Enohata**Produção gráfica** Marli Rampim**Impressão e acabamento** Brasilform Editora e Ind. Gráfica

1. Direitos das crianças - Brasil 2. Direitos dos adolescen-
tes - Brasil 3. Menores - Estatuto legal, leis, etc. - Brasil I.
Amin, Andréa Rodrigues II. Maciel, Kátia Regina Ferreira Lobo
Andrade.

17-1377

CDU 347.157.1(81)(094)

Índice para catálogo sistemático:

1. Menores - Estatuto legal, leis,
etc. - Brasil 347.157.1(81)(094)

Data de fechamento da edição: 14-12-2017Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604564 CAE 623527

Sumário

<i>Autores</i>	5
<i>Agradecimentos especiais</i>	13
<i>Prefácio à 1ª edição</i>	33
<i>Apresentação</i>	37
<i>Nota à 11ª edição</i>	39
<i>Nota à 10ª edição</i>	41
<i>Nota à 9ª edição</i>	43
<i>Nota à 8ª edição</i>	45

PARTE I O DIREITO MATERIAL SOB O ENFOQUE CONSTITUCIONAL

Evolução histórica do direito da criança e do adolescente.....	49
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Idade Antiga	49
2. Idade Média.....	50
3. O direito brasileiro.....	51
4. O período pós-Constituição de 1988	55
Referências	59
Doutrina da proteção integral.....	60
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Introdução	60
2. Documentos internacionais.....	61
3. Da situação irregular à proteção integral	63
Referências	66

Princípios orientadores do direito da criança e do adolescente	67
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Considerações iniciais	67
2. Princípio da prioridade absoluta	68
3. Princípio do interesse superior da criança e do adolescente	76
4. Princípio da municipalização	78
Referências	80
Dos direitos fundamentais	81
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Considerações gerais	81
2. Âmbito de aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente	82
3. Direito à vida	83
4. Direito à saúde	84
4.1. Nascituro e atendimento à gestante	85
4.2. Saúde de crianças e jovens	94
4.3. Atendimento médico a criança e a adolescente desacompanhado	98
4.4. Crianças e adolescentes com deficiência	100
4.5. Crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista	101
4.6. Doentes crônicos	102
4.7. Direito a acompanhante	104
4.8. Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa	105
5. Direito à liberdade	106
6. Direito ao respeito e à dignidade	108
7. Direito à educação	110
7.1. Igualdade	112
7.2. Acesso e permanência	116
7.3. Níveis e modalidades de ensino	120
7.4. Ensino noturno	129
7.5. Educação de jovens e adultos	130
7.6. Flexibilização do ensino	130
7.7. Regime especial para gestantes	131
7.8. Educação das relações étnico-raciais	131
7.9. Educação democratizada	132
7.10. Financiamento da Educação Básica	133
8. Direito à cultura, esporte e lazer	136
9. Direito à profissionalização e à proteção no trabalho	137

SUMÁRIO	17
9.1. Aprendizagem	139
9.2. Trabalho rural.....	140
9.3. Atletas mirins	141
Referências	143
Direito fundamental à convivência familiar.....	144
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Origem da família	144
2. Princípios norteadores da família	146
3. Noção atual de família	149
4. Conceituação de convivência familiar e comunitária	155
5. A convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente na situação do art. 98 do ECA	158
Referências	163
Poder familiar.....	166
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. A denominação do instituto	166
2. Aspectos pessoais.....	170
2.1. Dever de registrar o filho e o direito ao estado de filiação	172
2.1.1. Considerações gerais	172
2.1.2. Regularização dos dados parentais na certidão de nascimento do filho.....	180
2.1.3. O registro civil de criança e de adolescente na hipótese do art. 98 do ECA.....	183
2.1.4. Do dever ao nome: sanções possíveis.....	190
2.1.5. Dos dados registraes decorrentes da adoção e o conhecimento da ascendência genética pelo adotado	194
2.1.6. Considerações finais: o afeto como amálgama da filiação	195
2.2. Dever de guarda e o direito fundamental do filho de ser cuidado.....	202
2.2.1. Guarda na ruptura da relação afetiva dos pais.....	206
2.2.1.1. Guarda compartilhada.....	213
2.2.1.2. Convivência com o não guardião	219
2.2.1.3. Situações delicadas de convivência	222
2.2.1.4. Convivência com a família extensa e afins.....	229
2.3. Dever de criar e educar o filho e o direito fundamental deste à educação, à profissionalização e à cidadania.....	232
2.4. Dever de sustento e o direito fundamental à assistência material.....	234

2.5. Dever de assistência imaterial e o direito ao afeto.....	243
2.5.1. Da devolução do filho adotivo.....	248
3. Aspectos patrimoniais do poder familiar.....	253
4. Suspensão do poder familiar.....	255
5. Extinção do poder familiar.....	258
5.1. Morte.....	259
5.2. Emancipação.....	259
5.3. Maioridade civil.....	260
5.4. Adoção.....	260
5.5. Decisão judicial.....	263
6. Perda ou destituição do poder familiar.....	263
6.1. Castigo imoderado.....	264
6.2. Abandono.....	270
6.3. Atos contrários à moral e aos bons costumes.....	271
6.4. Reiteração das faltas.....	274
6.5. Entrega de forma irregular do filho a terceiros para fins de adoção ...	275
6.6. Perda do poder familiar na lei penal.....	276
7. Restabelecimento do poder familiar.....	279
Referências.....	281
Regras gerais sobre a colocação em família substituta.....	288
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	288
2. Modalidades.....	289
Referências.....	292
Guarda.....	293
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	293
2. Guarda provisória, definitiva, instrumental e excepcional.....	296
3. Guarda de fato.....	299
4. Guarda como medida protetiva ou estatutária.....	300
5. Guarda em favor da família extensa.....	301
6. Compartilhamento da guarda dos pais com a família substituta.....	304
7. Guarda subsidiada ou por incentivo: medida de acolhimento familiar.....	307
8. Guarda legal do dirigente da entidade de acolhimento institucional.....	309
9. Guarda da criança ou do adolescente estrangeiro.....	314

SUMÁRIO	19
10. Dependência para todos os fins.....	315
11. Visitação de criança ou de adolescente sob a guarda de terceiros.....	321
12. Visitação dos filhos sob medida de proteção de acolhimento institucional ou socioeducativa	322
13. Apadrinhamento de crianças e adolescentes institucionalizados.....	325
Referências	328
 Tutela	 330
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução	330
2. Tutela testamentária	334
3. Tutela legítima.....	335
4. Tutela dativa.....	336
5. Tutela provisória e definitiva	336
6. Características controvertidas da tutela	338
7. Entrega do filho em tutela.....	340
8. Obrigações pessoais	341
8.1. Guarda do tutelado.....	342
9. Obrigações patrimoniais	343
10. Tutela como medida protetiva ou estatutária	345
11. Tutela no Código Civil: outras notas	347
12. Causas de cessação da tutela	348
Referências	349
 Adoção	 351
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução	351
2. Histórico.....	352
2.1. O direito civil constitucional.....	357
3. Conceito e natureza jurídica.....	360
4. Legitimidade.....	361
4.1. Considerações gerais.....	361
4.2. Impedimento parcial (tutor e curador).....	364
4.3. Impedimento total (avós e irmãos)	365
4.4. Adoção por divorciados e ex-companheiros.....	370
4.5. Adoção por casal homossexual	372
4.6. Adoção de nascituro	382

5. Cadastro e habilitação para adoção	384
6. Requisitos	392
6.1. Idade mínima e estabilidade da família	392
6.2. Diferença de 16 anos	394
6.3. Consentimento	396
6.3.1. Dispensa do consentimento	397
6.3.2. Revogabilidade do consentimento	398
6.4. Concordância do adotando	400
6.5. Reais benefícios para o adotando	403
7. Estágio de convivência	405
8. Efeitos	410
8.1. Efeitos pessoais	410
8.2. Efeitos patrimoniais	413
9. Modalidades	413
9.1. Adoção bilateral	414
9.2. Adoção unilateral	417
9.3. Adoção póstuma	417
9.4. Adoção <i>intuitu personae</i>	419
9.5. Adoção “à brasileira”	424
10. Adoção internacional	426
Referências	433
Prevenção	437
<i>Ângela Maria Silveira dos Santos</i>	
1. Introdução	437
2. Prevenção especial	442
2.1. Acesso aos espetáculos e diversões públicas	443
2.2. Acesso aos programas de rádio e televisão	446
2.2.1. Entrada e permanência	446
2.2.2. Participação em espetáculos públicos	447
2.3. Exibição de programas pelas emissoras de rádio e de televisão	456
2.4. Venda e locação de fitas de programação em vídeo	460
2.5. Revistas e publicações	461
2.6. Estabelecimentos que exploram jogos com apostas	466
2.7. Produtos proibidos	467
2.8. Hospedagem	469
2.9. Autorização de viagem	470
2.9.1. Considerações iniciais	470

2.9.2. Autorização judicial para viagem nacional	472
2.9.3. Autorização para viagem ao exterior	473
Referências	476

PARTE II A REDE DE ATENDIMENTO

A política de atendimento.....	481
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução	481
2. Uma visão geral da nova política de atendimento.....	490
2.1. As linhas de ação da política de atendimento.....	491
2.2. As diretrizes da política de atendimento	497
3. Os fundos dos direitos da criança e do adolescente.....	503
3.1. Introdução.....	503
3.2. Definição	505
3.3. Disciplina legal	505
3.4. A organização essencial.....	507
3.5. Nota sobre os denominados “certificados de captação” e as “doações casadas”	518
4. As entidades de atendimento	523
4.1. Aspectos gerais	523
4.2. Registro das entidades e inscrição dos programas	527
4.3. Os princípios e as regras especialmente aplicáveis às entidades que desenvolvem programas de acolhimento institucional ou familiar.....	532
4.4. Os princípios e as regras especialmente aplicáveis às entidades que desenvolvem programas de atendimento socioeducativo.....	541
4.5. A fiscalização das entidades de atendimento	545
Referências	547
Os conselhos dos direitos da criança e do adolescente.....	550
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução	550
2. Definição	551
3. Natureza jurídica	552
4. A formação dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.....	553
4.1. A criação do órgão.....	553
4.2. A composição paritária	555
4.3. A escolha dos membros	556

4.4. As normas de funcionamento	558
5. As atribuições dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.....	559
5.1. A deliberação e o controle das ações relacionadas à política de atendimento	560
5.2. A gestão dos fundos dos direitos da criança e do adolescente	565
5.3. O registro e a inscrição dos programas e a inscrição das entidades de atendimento não governamentais.....	566
5.4. A organização do processo de escolha dos membros do conselho tutelar	569
6. O controle da atuação dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.....	571
Referências	573
O conselho tutelar.....	575
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução	575
2. Visão geral	577
2.1. Conceito	577
2.2. Características	577
3. A estruturação do conselho tutelar	580
3.1. A implantação do órgão	580
3.2. A composição	589
3.3. Os requisitos mínimos para o exercício da função de conselheiro tutelar	595
4. O processo de escolha dos membros do conselho tutelar	602
4.1. Regra geral.....	602
4.2. As peculiaridades municipais.....	604
5. As atribuições e o limite territorial de atuação do conselho tutelar	607
5.1. As atribuições do conselho tutelar	607
5.2. O limite territorial de atuação do conselho tutelar	622
6. A fiscalização do conselho tutelar.....	623
6.1. A revisão das decisões do conselho tutelar.....	624
6.2. O controle da atuação dos membros do conselho tutelar	625
Referências	630
O Poder Judiciário.....	631
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. O juiz	631
2. Órgãos auxiliares	633

SUMÁRIO	23
Ministério Público	638
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução	638
2. Instauração de procedimentos administrativos e sindicâncias (art. 201, VI e VII)	641
3. Promover medidas judiciais e extrajudiciais para zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais das crianças e dos adolescentes (art. 201, VIII).....	643
4. Inspeção às entidades de atendimento (art. 201, XI).....	644
5. Fiscalização da aplicação das verbas do fundo municipal (art. 260, § 4º)..	645
Referências	648
O advogado.....	649
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
PARTE III DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	
Infrações administrativas	655
<i>Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos</i>	
1. Conceito de infração administrativa	655
2. Princípios gerais das infrações administrativas	659
2.1. Princípio da proteção integral.....	659
2.2. Princípio da prioridade absoluta.....	660
2.3. Princípio da legalidade	660
2.4. Princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos.....	663
2.5. Princípio da objetividade.....	664
2.6. Princípio da independência das sanções administrativas.....	666
2.7. Princípio da publicidade.....	667
2.8. Princípio do devido processo legal.....	667
2.9. Princípio da ampla defesa e contraditório	667
3. Das infrações administrativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	669
3.1. Breve histórico.....	669
3.2. A interpretação das infrações administrativas.....	672
3.3. A multa	673
3.4. Da prescrição.....	680
4. As infrações administrativas em espécie	683
4.1. Omissão de comunicação de maus-tratos	683

4.2. Impedir o exercício de direitos fundamentais de ampla defesa, contraditório, convivência familiar e escolarização de adolescente privado da liberdade.....	689
4.3. Divulgação de dados e identificação de criança ou adolescente a que se atribua ato infracional.....	690
4.4. Guarda para fins de trabalho doméstico.....	695
4.5. Descumprimento dos deveres decorrentes da autoridade familiar.....	696
4.6. Hospedagem de criança ou adolescente desacompanhado.....	717
4.7. Transporte irregular de criança ou adolescente.....	719
4.8. Proteção dos valores éticos e sociais da pessoa e da família na formação de crianças e adolescentes (arts. 252 a 258 do Estatuto da Criança e do Adolescente).....	723
4.8.1. Ausência de informação na entrada sobre diversão ou espetáculo público.....	727
4.8.2. Ausência de indicação dos limites de idade no anúncio de representações ou espetáculos.....	729
4.8.3. Transmissão, via rádio ou televisão, de espetáculo de forma irregular.....	734
4.8.4. Exibição de espetáculo de forma irregular.....	737
4.8.5. Venda ou locação de programação inadequada.....	741
4.8.6. Comercialização de revistas e periódicos de maneira irregular.....	742
4.8.7. Entrada e participação irregular de crianças e adolescentes em diversões e espetáculos.....	748
4.8.7.1. A entrada de criança ou adolescente nos locais de diversão.....	750
4.8.7.2. Participação de criança ou adolescente em espetáculos públicos.....	756
4.8.8. Não providenciar a instalação e operacionalização dos cadastros de adoção.....	759
4.8.9. Deixar de encaminhar imediatamente à autoridade judiciária mãe ou gestante interessada em entregar seu filho para adoção.....	760
4.8.10. Venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos.....	761
Referências.....	764

PARTE IV A EFETIVIDADE DO ECA: MEDIDAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

As medidas de proteção.....	771
-----------------------------	-----

Patrícia Silveira Tavares

SUMÁRIO	25
1. Introdução	771
1.1. Evolução legislativa	771
1.2. Definição	773
1.3. Hipóteses de aplicação	773
2. As medidas específicas de proteção	775
2.1. Normas gerais.....	775
2.2. A autoridade competente	778
2.3. As hipóteses elencadas no art. 101 do ECA	781
2.4. Os procedimentos para a aplicação das medidas específicas de proteção.....	788
Referências	795
As medidas pertinentes aos pais, responsáveis ou outras pessoas encarregadas do cuidado de crianças e adolescentes	796
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução.....	796
2. As medidas previstas nos arts. 129 e 18-B do ECA	800
3. Observações quanto ao procedimento	803
Referência	804
Os princípios constitucionais do processo	805
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução	805
2. Devido processo legal	807
3. Igualdade	810
4. Contraditório	811
5. Acesso à justiça	813
6. Juiz natural	817
7. Promotor natural	817
8. Motivação das decisões	819
9. Publicidade.....	819
10. Tempestividade da tutela jurisdicional	820
Referências	823
As regras gerais de processo.....	826
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução	826
2. Capacidade processual.....	828

3. Curadoria especial	829
4. Gratuidade de justiça	834
5. Segredo de justiça	837
6. Competência	839
6.1. Jurisdição. Conceito de competência	839
6.2. Critérios determinadores da competência	841
6.3. Competência absoluta e competência relativa	843
6.4. Critérios específicos de fixação da competência constantes do ECA ..	844
6.5. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	852
7. Poder geral de cautela	855
8. Princípio da Intervenção Mínima	861
Referências	861
Ação de suspensão e de destituição do poder familiar.....	864
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução	864
2. Competência	866
3. Fase postulatória	872
4. Legitimidade ativa	873
5. Legitimidade passiva	878
6. Pedido cumulativo	886
7. Tutelas provisórias correlatas	889
8. Resposta do réu	894
9. Fase instrutória	897
10. Fase decisória	901
11. Ação de restituição do poder familiar	906
Referências	908
As regras gerais do procedimento de colocação em família substituta	911
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução	911
2. Fase postulatória	912
3. O consentimento dos pais	913
4. Pedido formulado diretamente em cartório	916
5. Fase instrutória	916
6. A oitiva da criança e do adolescente	918
7. Fase decisória	924
Referências	925

SUMÁRIO	27
Ação de guarda.....	926
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Competência	926
2. Fase postulatória.....	928
3. Citação ou a concordância dos pais.....	932
4. Concessão da guarda provisória e definitiva	933
5. Perda ou revogação da guarda.....	933
Referências	936
Ação de tutela e procedimentos correlatos.....	937
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução	937
2. A competência considerando a situação do tutelando	937
3. Fase postulatória.....	938
4. Interesse exclusivamente previdenciário.....	940
5. Oitiva obrigatória do tutelando	940
6. Pedido de tutela cumulado com a perda do poder familiar.....	941
7. Termo de tutela.....	942
8. Procedimento de escusa da tutela.....	942
9. Prestação de contas e balanço na tutela	943
10. Remoção ou destituição do tutor.....	946
Referências	948
Procedimento da habilitação para adoção	949
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
Ação de adoção	952
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Rito e competência.....	952
2. Petição inicial e pedido	952
3. Citação.....	956
4. Oitiva dos pais biológicos	957
5. Estudo de caso	957
6. Audiência prévia e de instrução e julgamento	958
7. Sentença	958
8. Adoção internacional	959
Referências	960

Procedimento de apuração de irregularidades em entidade de atendimento ...	961
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	961
2. Natureza jurídica do procedimento.....	962
3. Competência.....	967
4. Fase postulatória.....	967
5. Legitimados passivos.....	970
6. Afastamento provisório do dirigente.....	974
7. Resposta escrita.....	977
8. Fase instrutória.....	979
9. Fase decisória.....	981
10. Medidas aplicáveis à entidade condenada.....	983
Referências.....	992
Procedimento das infrações administrativas.....	994
<i>Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos</i>	
1. Natureza jurídica do procedimento.....	994
2. Princípios.....	995
3. Competência.....	997
4. Rito processual.....	998
5. O Ministério Público e a cumulação do pedido para a aplicação da multa em outras ações.....	1003
6. Abuso sexual intrafamiliar e a representação prevista no art. 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente.....	1007
Referências.....	1007
Procedimento de portaria e de expedição de alvará.....	1009
<i>Ângela Maria Silveira dos Santos</i>	
1. Natureza jurídica e competência para disciplinar por meio de portaria.....	1009
1.1. Introdução.....	1009
1.2. Conceituação e natureza jurídica da portaria e do alvará.....	1011
1.3. Portaria do art. 149 do ECA.....	1015
2. Autorização para a participação e a entrada em espetáculos públicos.....	1023
Referências.....	1026
Ação civil pública.....	1027
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	1027

SUMÁRIO	29
2. Direitos metaindividuais	1029
3. Inquérito civil	1032
4. Termo de ajustamento de conduta	1037
5. Ação civil pública.....	1040
5.1. Introdução e conceito	1040
5.2. Legitimidade.....	1042
5.3. Litisconsórcio entre Ministérios Públicos	1047
5.4. Liminar.....	1047
5.4.1. Suspensão da liminar pelo presidente do tribunal.....	1052
5.5. Objeto e competência	1054
5.6. Sentença	1055
5.7. Coisa julgada	1061
5.7.1. Introdução.....	1061
5.7.2. Coisa julgada na ação coletiva.....	1063
5.8. Execução	1072
Referências	1078
Outras ações previstas no Estatuto.....	1082
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução	1082
2. Mandado de segurança	1086
3. Ação para cumprimento de obrigação de fazer.....	1091
Referências	1096
Recursos.....	1098
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução	1098
2. Unicidade do sistema.....	1100
2.1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	1104
2.2. Legitimidade e interesse para recorrer.....	1107
2.3. Motivação.....	1108
2.4. Forma.....	1108
2.5. Renúncia e desistência	1109
3. Preparo	1109
4. Tempestividade.....	1112
5. Efeitos.....	1119
5.1. Concessão do efeito suspensivo	1123

5.2. Efeitos da apelação nas ações socioeducativas	1125
6. Juízo de retratação	1127
7. Procedimento no tribunal	1133
8. Recurso contra portarias e alvarás	1135
Referências	1135

PARTE V DA PRÁTICA DO ATO INFRAACIONAL

A prática de ato infracional	1141
<i>Bianca Mota de Moraes e Helene Vieira Ramos</i>	
1. Disposições gerais (arts. 103 a 105 do ECA)	1141
1.1. Inimputabilidade infantojuvenil	1142
1.2. Ato infracional praticado por criança	1152
1.3. Ato infracional e indisciplina escolar	1153
2. Direitos individuais (arts. 106 a 109 do ECA)	1156
3. Garantias processuais (arts. 110 e 111 do ECA)	1163
4. Apuração do ato infracional (arts. 171 a 190 do ECA)	1164
4.1. Fase policial	1164
4.2. Fase de atuação do Ministério Público	1168
4.3. Fase judicial	1180
5. Medidas socioeducativas (arts. 112 a 125 do ECA)	1189
5.1. Disposições gerais	1189
5.1.1. Adolescente em situação de uso ou de dependência de drogas	1194
5.1.2. Adolescente com transtorno mental	1196
5.1.3. Aplicação de medidas socioeducativas ao jovem adulto	1198
5.2. Advertência	1201
5.3. Obrigação de reparar o dano	1202
5.4. Prestação de serviços à comunidade	1202
5.5. Liberdade assistida	1203
5.6. Semiliberdade	1204
5.7. Internação	1206
5.7.1. Internação provisória	1208
5.7.2. Internação definitiva	1214
5.7.3. Internação-sanção	1233
6. Execução das medidas	1234
6.1. Tramitação processual na fase executória	1235

6.2. Reavaliação de medida socioeducativa	1240
6.3. Não vinculação do juiz ao laudo técnico para a reavaliação das medi- das.....	1248
6.4. Revisão de medida aplicada em sede de remissão (art. 128 do ECA)....	1250
6.5. Visitas e regime disciplinar	1256
7. Prescrição e extinção.....	1257
Referências	1266

PARTE VI DOS CRIMES

Dos crimes	1273
<i>Cláudia Canto Condack</i>	
1. Introdução.....	1273
2. Disposições gerais	1274
3. Dos crimes em espécie.....	1275
3.1. Omissão do registro de atividades ou do fornecimento da declaração de nascimento.....	1275
3.2. Omissão de identificação do neonato e da parturiente ou de realização de exames necessários.....	1277
3.3. Privação ilegal da liberdade de criança ou adolescente	1280
3.4. Omissão da comunicação de apreensão de criança ou adolescente....	1282
3.5. Submissão de criança ou adolescente a vexame ou constrangimento ..	1283
3.6. Tortura.....	1285
3.7. Omissão na liberação de criança ou adolescente ilegalmente apreendi- do.....	1293
3.8. Descumprimento injustificado de prazo legal.....	1295
3.9. Impedimento ou embaraço à ação de autoridades.....	1296
3.10. Subtração de criança ou adolescente	1297
3.11. Promessa ou entrega de filho ou pupilo.....	1299
3.12. Tráfico internacional de criança ou adolescente.....	1301
3.13. Utilização de criança ou adolescente em cena pornográfica ou de sexo explícito	1304
3.14. Comércio de material pedófilo	1307
3.15. Difusão de pedofilia	1310
3.16. Posse de material pornográfico.....	1313
3.17. Simulacro de pedofilia.....	1315
3.18. Aliciamento de menores	1317
3.19. Norma explicativa.....	1318

3.20. Venda, fornecimento ou entrega de arma, munição ou explosivo	1319
3.21. Venda, fornecimento ou entrega de produto causador de dependência física ou psíquica	1320
3.22. Venda, fornecimento ou entrega de fogos de estampido ou artifício	1323
3.23. Exploração sexual de criança ou adolescente.....	1323
3.24. Corrupção de menores.....	1326
Referências	1329